



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681107 - RJ (2021/0224735-3)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : KENYA VANESSA LIMA ARAUJO DE JESUS E OUTROS
ADVOGADOS : KENYA VANESSA LIMA ARAÚJO DE JESUS - RJ129516
ELOISA REIS DE ASSIS DO NASCIMENTO - RJ196925
RENATO MOURA DE ANDRADE - RJ220736
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : MARCELO BARBOSA RAMALHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCELO BARBOSA RAMALHO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (Medida Cautelar Inominada n. 0034668-94.2020.8.19.0000).

O paciente cumpre pena privativa de liberdade de 15 anos, 2 meses e 1 dia de reclusão e teve deferido o livramento condicional pelo Juízo da execução penal.

O Tribunal de origem, no entanto, concedeu a medida cautelar requerida pelo Ministério Público para conferir efeito suspensivo ao agravo em execução penal interposto contra a decisão que deferiu o livramento condicional ao paciente.

A impetrante sustenta a ilegalidade da medida, ao argumento de que o paciente já cumpriu o tempo de pena necessário para alcançar o referido benefício penal e também preencheu o requisito subjetivo exigido pela lei. Afirma que a presunção de que o paciente, livre, voltará a praticar crimes não constitui motivo idôneo para indeferir o livramento condicional.

Requer, liminarmente, o restabelecimento dos efeitos do livramento condicional deferido pelo Juízo da execução penal. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente